

## Ainda dá tempo: saiba como pressionar deputados contra a reforma da Previdência



Eles estão voltando. O Congresso Nacional volta do recesso no próximo dia 5 e no dia seguinte, 6 de agosto, a Câmara dos Deputados deve iniciar o segundo turno da votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 06/2019, nome oficial da reforma da Previdência de Jair Bolsonaro (PSL). Para entrar em vigor, a PEC precisa ser aprovada duas vezes na Câmara e duas vezes no Senado. Até agora, foi votada apenas uma vez na Câmara.

### Ainda dá tempo de virar

Na votação do primeiro turno na Câmara, a mobilização da classe trabalhadora obrigou o governo a recuar em algumas perversidades contra o povo, como as alterações que praticamente acabavam com a aposentadoria dos rurais, a redução no valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos em condição de miséria e a idade mínima para professoras se aposentarem.

É hora de intensificar a ocupação nas redes e nas ruas para lutar contra esta reforma que é uma das maiores maldades deste governo contra a classe trabalhadora e os mais pobres.

O site “Na Pressão”, criado pela CUT para ajudar os trabalhadores e trabalhadoras a pressionar

os deputados a barrar a reforma, está com uma nova campanha no ar “Querem o fim da sua aposentadoria – Juntos podemos evitar”.

Por meio desta ferramenta, o trabalhador e a trabalhadora podem enviar e-mails para os parlamentares, contatá-los via redes sociais ou diretamente por meio do WhatsApp e dar o recado claramente: não mexam nos meus direitos.

E no dia 13 de agosto, o recado será dado nos locais de trabalho e nas ruas do país. É o Dia Nacional de Mobilizações, Paralisações e Greves Contra a Reforma da Previdência e também contra o desmonte na educação. E vai ser maior do que as outras mobilizações, diz o presidente da CUT, Vagner Freitas.

Outra ferramenta importante na luta é o panfleto que a CUT fez, diz o secretário de Comunicação da CUT, Roni Barbosa. “Imprima, leve pro seu local de trabalho, escola, reuniões do bairro, mostre para seu colega de trabalho, seu vizinho, prove que o governo mente quando diz que a reforma combate privilégios”, orienta Roni lembrando uma frase que tem no folheto: “Se a reforma fosse boa, os militares e os deputados da atual legislatura não estariam de fora”.

“Mostre que, se a reforma for aprovada, só quem perde é o

trabalhador, especialmente os mais pobres”, reforça Roni.

### Como pressionar

Para pressionar os parlamentares, entre no site ‘napressao.org.br’, clique em cima da campanha “Querem o fim da sua aposentadoria” e, depois, clique em pressionar.

Na coluna da esquerda, estão os mais de 260 deputados que são favoráveis ao fim da aposentadoria. Na coluna da direita, na cor verde, estão os parlamentares que são a favor da sua aposentadoria. Em laranja, na lista central, estão os indecisos.

Ao escolher um dos parlamentares para pressionar você tem acesso a todas as informações sobre ele e pode escolher através dos ícones abaixo da foto o jeito que prefere pressionar, pelo WhatsApp, Facebook, Twitter ou e-mail.

Ao clicar no compartilhar, você convida sua rede para também fazer pressão contra a reforma da Previdência.

Além disso, no ‘Na Pressão’ o trabalhador ou a trabalhadora pode baixar o card de divulgação para redes sociais e também compartilhá-lo nos grupos de famílias e amigos.

### A PEC da maldade

Se a PEC for aprovada, além de regras mais duras de aposentadoria e valor menor do benefício, cerca de 13 milhões de trabalhadores de baixa renda perderão o direito ao abono salarial do PIS/Pasep, aposentados por invalidez terão até 40% de redução no valor dos benefícios e servidores públicos federais aposentados que ganham mais de mil reais serão obrigados a continuar contribuindo com a Previdência.

Fonte: CUT

## Aposentados e pensionistas podem ser cobrados extraordinariamente

Da lista de retrocessos contidos no texto da reforma da Previdência aprovado em primeiro turno, três deles prejudicam pensionistas e os próprios aposentados, atuais e futuros. O primeiro deles, de acordo com análise do Diap, refere-se à ampliação da incidência de contribuição, que poderá ser cobrada sobre um salário mínimo. Hoje, a cobrança é feita apenas sobre o valor excedente ao teto do INSS, fixado no valor de R\$ 5.839,45. Esta ampliação ainda vislumbra taxações atualizadas, que pelas novas regras podem variar de 11,68% a 16,79%. Isso significa que aposentados e pensionistas que recebem apenas um salário mínimo passarão a pagar mais de dez por cento do valor ao INSS.

A partir dessa nova cobrança, caso seja comprovado déficit atuarial do regime próprio a que estiverem vinculados, aposentados e pensionistas podem ainda ter que pagar uma contribuição extraordinária por até 20 anos. As duas regras precisam de lei ordiná-

ria. Antônio Augusto de Queiroz, analista político e diretor de documentação licenciado do Diap, explica que praticamente todos os casos são deficitários, ou seja, a grande maioria de aposentados e pensionistas deverão ser taxados por contribuição extraordinária.

### Pensão devida aos dependentes

O analista político do Diap explica que os pensionistas terão cortes drásticos nos proventos recebidos e que os valores diminuirão à medida em que os dependentes se tornam maiores de idade. Atualmente, grande parte dos pensionistas são compostos por mulheres, as mais prejudicadas pela reforma da Previdência. A pensão por morte será reduzida praticamente pela metade e passará a ser dividida em cotas.

### Lutas pela frente

Com a desconstitucionalização da Previdência, as regras po-

derão ser modificadas por lei. A Condsef/Fenadsef ressalta que, apesar das novas normas terem sido aprovadas em primeiro turno pela Câmara dos Deputados, a PEC 6 ainda está longe da promulgação e há espaço de sobra para que a categoria pressione deputados e senadores para derrubarem esta ameaça cruel. Ainda em recesso, o Congresso segue parado. As atividades devem retornar na próxima semana, com a votação em segundo turno da proposta pela Câmara. Depois disso, o texto ainda aberto à alteração segue para as comissões do Senado.

O próximo 13 de agosto é mais um Dia Nacional em Defesa da Previdência Social. A data coincide com a Marcha das Margaridas e com a Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília. Mais afetadas pelos retrocessos da reforma, as mulheres estão empenhadas nesta luta. A Condsef/Fenadsef convoca sua base para somar nesta luta, que é de todas e todos.

Fonte: Condsef

